

Mobilização da FNP garantiu repasse de valores da multa da repatriação em 2016



Conquista FNP - O governo federal repassou aos cofres municipais, no dia 30 de dezembro, os valores da multa do programa de repatriação. O pagamento é resultado de intensa articulação da FNP. A entidade se mobilizou para que o governo concordasse com a avaliação de que os recursos da multa também eram divisíveis com os municípios. Nos últimos dias do ano, para garantir que o pagamento fosse realizado ainda no exercício de 2016, auxiliando o fechamento das contas municipais, prefeitos estiveram reunidos com o presidente Michel Temer e com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). **Págs. 4 e 5**

Lei que moderniza o ISS atualiza lista de operações tributáveis

Conquista FNP - O presidente da República, Michel Temer, sancionou Lei Complementar que traz alterações no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no dia 30 de dezembro, com vetos. A Lei Complementar nº 157/2016 atualiza a lista de operações tributáveis pelo imposto. **Pág. 3**

Entra em vigor o regime especial para pagamento de precatórios

Conquista FNP - Emenda Constitucional autoriza regime especial para pagamento de precatórios a cargo de estados, Distrito Federal e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os que vencerão até 31 de dezembro de 2020. Pelo sistema que será adotado, o aporte de recursos será limitado a 1/12 da receita corrente líquida dos entes federados. **Pág. 8**

Reuniões preparatórias para o EMDS serão realizadas de janeiro a abril

Começa neste mês o calendário de reuniões preparatórias para o IV EMDS. Os encontros serão em 24 cidades, de 18 estados brasileiros, e seguirão até abril para buscar contribuições para definição de conteúdos, palestrantes e dinâmica do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. **Pág. 8**

EDITORIAL

Um ciclo de desafios

Onovo mandato de governantes das cidades que está iniciando vem, naturalmente, carregado de expectativas, mas o contexto de crise econômica que o Brasil e o mundo atravessam, traz, para as cidades, perspectivas ainda mais desafiadoras (leia mais na página 6).

Neste cenário de instabilidade econômica será preciso planejar ainda mais as ações e promover iniciativas coordenadas para aprimorar a gestão. Sem recursos para investimentos e, em muitos casos, faltando até para o custeio, prefeitas e prefeitos precisarão buscar formas alternativas de financiamento público e aperfeiçoamento da gestão, aliando transparência e participação popular para atender os compromissos assumidos na eleição.

Atenta a essa conjuntura, a FNP, aliada a parcerias estratégicas, como com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Nacional, WRI – World Resources Institute e a União Europeia, está construindo o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), que terá como tema central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”. Buscar alternativas compartilhadas, fomentar debates sobre os assuntos que mais afetam os municípios, promover experimentações, divulgar boas práticas e possibilitar ações coordenadas são alguns dos propósitos do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Durante o EMDS também será realizada a eleição e a posse da nova gestão da FNP, o que representa aos governantes locais a oportunidade de ser protagonista da única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em exercício de mandatos. A ocasião será um importante momento para compor a entidade que vem se destacando e tendo papel essencial nas mudanças que as cidades e o país precisam.

Integrar a FNP e participar do EMDS são, certamente, iniciativas fundamentais para auxiliar as novas gestões que se iniciam. Cada vez mais será preciso pensar além da sua cidade para melhorar a sua cidade.

Conheça e participe da FNP. Inscreva-se no EMDS!

Presidente: Marcio Lacerda. Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela. Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge. Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati. Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes. Secretário-geral: Luiz Marinho. Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro e Tayelen Arruda. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 10/01/2017.

Combate ao Aedes: prefeitura de Rio Branco lança quinta edição da Ação de Inverno



Iniciativa visa combater o mosquito

Mais de mil Agentes de Endemias e trabalhadores da Secretaria de Serviços Urbanos (SEMSUR) da prefeitura de Rio Branco/AC irão atuar na quinta edição da Ação de Inverno, lançada dia 02 de janeiro, pelo prefeito Marcus Alexandre. A Ação tem como diferencial, este ano, o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de diversas doenças como a dengue, zika vírus e a febre chikungunya.

O trabalho desenvolvido pelos Agentes de Endemias inclui ações de prevenção como visitas domiciliares; limpeza dos bairros; coleta de lixo e entulho executada pelas equipes da SEMSUR. A Associação de Moradores do bairro Seis de Agosto, segundo o presidente Ozéias Silva, vai auxiliar o trabalho das

Boa prática indicada pelo município

equipes fazendo a conscientização da comunidade com relação aos cuidados com a limpeza dos quintais e residências.

Além da Seis de Agosto, as ações de limpeza acontecem também nos Conjuntos Universitário I, II e III. Já nos bairros Oscar Passos, São Francisco, Eldorado e Montanhês, os Agentes de Endemias vão intensificar as ações de visitas domiciliares e distribuir tampas de caixa d'água. As localidades onde as ações serão executadas são definidas de acordo com relatório elaborado pela secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), atualizado a cada 15 dias.

O prefeito Marcus Alexandre pediu o apoio da população para que evitem colocar entulho para fora dos quintais. “As

equipes vão seguir as indicações do relatório da SEMSA e só atuarão nessas localidades indicadas nos relatórios. Então, pedimos que só retirem entulhos para fora do quintal quando receberem essa orientação por parte das equipes da prefeitura. Esse material na frente das casas pode causar problema e gerar focos do mosquito. Vamos continuar atuando para reduzir os casos das três doenças, lembrando que já tivemos mais de 30 mil casos de dengue em 2010, mas que em 2016 foram pouco mais de 500”, explicou o prefeito.

Segundo o secretário de Saúde, Oteniel Almeida, cem homens do Exército Brasileiro reforçarão o trabalho na capital acreana ■

Participe

Prefeito, filie seu município à FNP

(61) 3044-9800
www.fnp.org.br



FNP Frente Nacional de Prefeitos

AGENDA

| DATA | EVENTO | LOCAL | INFORMAÇÕES |
|-----------------|---|--------------|--------------------|
| 16 de janeiro | 10ª Reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais - CIPAM | Brasília/DF | www.mma.gov.br |
| 31 de janeiro | Reunião de dirigentes da FNP com a ministra Cármen Lúcia, no Supremo Tribunal Federal | Brasília/DF | www.fnp.org.br |
| 10 de fevereiro | Apresentação do Projeto Congresso Aneprem/Apeprev | São Paulo/SP | www.aneprem.org.br |

Lei que moderniza o ISS entra em vigor



O presidente da República, Michel Temer, sancionou a Lei Complementar que traz alterações no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no dia 30 de dezembro, com vetos. A Lei Complementar nº 157/2016 atualiza a lista de operações tributáveis pelo imposto, considerando o dinamismo econômico gerador de novas atividades e na redução de litígios jurídicos que prejudicam a gestão e a arrecadação do imposto.

A lei traz ainda medidas para garantir maior justiça federativa na distribuição do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - entre os municípios.

A FNP, juntamente com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras defendeu vetos parciais ao texto aprovado com objetivo de

tornar a distribuição do imposto mais igualitária e justa entre os municípios da federação. A maioria desses vetos foi contemplada na lei sancionada. “A FNP trabalha em estreita relação com os fóruns de secretários municipais, o que contribui para subsidiar o posicionamento da entidade”, explicou o presidente da FNP e então prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda.

Apesar da sanção com vetos de dispositivos que também poderiam trazer mais receitas para os municípios, como a forma de tributação do leasing, cartão de débito/crédito e sobre planos de saúde, os prefeitos afirmam que a proposta cumpre o papel de tentar acabar com a guerra fiscal entre municípios. “A nova Lei aprimora a capacidade de arrecadação dos municípios e promove uma desconcentração da arrecadação por meio do combate à guerra fiscal”, declarou Lacerda.

Uma das mais importantes fontes de receitas dos municípios, o ISS possui alíquotas mínima de 2% e máxima de 5% definidas em lei. Em 2003, para contribuir com o fim da guerra fiscal, foi instituída alíquota mínima. Com essa medida, em algumas cidades brasileiras o imposto passou a superar arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por exemplo.

ICMS

Outro destaque do texto sancionado diz respeito à distribuição do ICMS nos municípios. Mesmo de competência estadual, o ICMS tem 25% da arrecadação destinada aos municípios. Essa distribuição é feita principalmente por meio de um indicador econômico-contábil, o Valor Adicionado Fiscal (VAF), utilizado pelos estados para calcular o ín-

dice de participação municipal no repasse de receita sobre operações relativas ao ICMS. Pela mudança aprovada, a cobrança do imposto deve ser realizada pelo local onde é efetuada a venda do produto, com a devida emissão da nota fiscal, não devendo ser concentrado nos centros de distribuição, evitando o acúmulo de arrecadação dos municípios que sediam esse tipo de estabelecimento ■

FIM DA GUERRA FISCAL

Desconcentração da arrecadação do ISS

A nova lei, de fato, inibe a prática de dedução da base de cálculo utilizada para driblar o limite mínimo de 2% estipulado para cobrança do imposto.



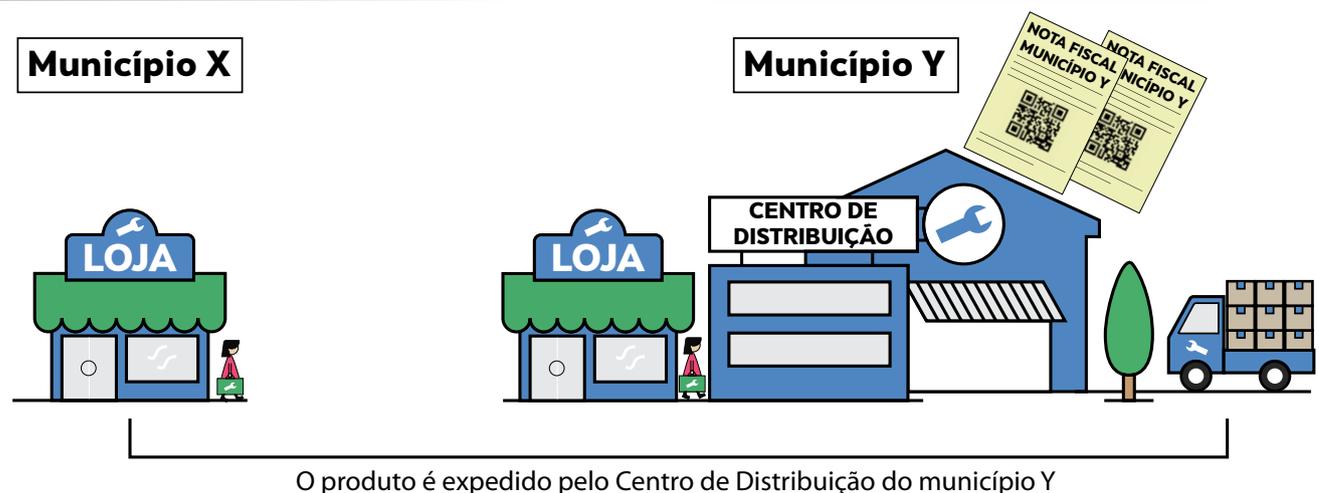
Obrigação de aplicar a alíquota do ISS entre 2% e 5%

Inclusão feita na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) Seção II-A, artigo 10-A.

JUSTIÇA FEDERATIVA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO ICMS NOS MUNICÍPIOS

ANTES DA LEI 157/2016

O resultado do ICMS era contabilizado apenas no município que possuía Centro de Distribuição.



DEPOIS DA LEI 157/2016

O resultado do ICMS tem reflexo direto no município onde a venda é efetivada.



Após intensa mobilização da FNP, União repassa valores da multa

Depois de intensa articulação da FNP, o governo federal repassou aos cofres municipais os valores provenientes da multa do programa de repatriação. O pagamento foi feito no dia 30 de dezembro, contribuindo com o fechamento de contas de 2016. “Prevaleceu o bom senso”, comemorou o presidente da FNP, então prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda.

Segundo Lacerda, os valores

serviram para contribuir para o equilíbrio das contas municipais, deixando em caixa valores suficientes para honrar compromissos assumidos no decorrer do exercício. “A perseverança da FNP foi decisiva para mais esta conquista”, enfatizou.

O governo federal já havia se comprometido em fazer o depósito no dia 30 de dezembro, por meio da Medida Provisória 753/2016, que tratou da forma de partilha da multa, mas o TCU proibiu a mudança de data da entrada dos recursos para o dia 29, alegando feriado bancário.

Para tentar intervir nesta decisão, prefeitos liderados pelo



Prefeitos estiveram com o presidente Michel Temer

RECURSOS DA MULTA DA REPATRIAÇÃO

SETEMBRO

23 DE SETEMBRO DE 2016

FNP solicita, por meio de documento, informações sobre os valores arrecadados até aquela data e a previsão de pagamento dos repasses dos valores da repatriação aos municípios.

OUTUBRO

28 DE OUTUBRO DE 2016

Estados entram com Ação Civil Ordinária (ACO) 2941, pedindo liminarmente a inclusão do montante arrecadado pela multa da repatriação no Fundo de Participação dos Estados (FPE).

31 DE OUTUBRO DE 2016

Encerra o prazo para a adesão ao programa de Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct), criado pela Lei da Repatriação.

NOVEMBRO

1º DE NOVEMBRO DE 2016

União anuncia o repasse aos municípios de, pelo menos, R\$ 5,7 bilhões arrecadados com a repatriação de recursos não declarados, mantidos no exterior.

8 DE NOVEMBRO DE 2016

Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulga o detalhamento dos repasses, a estados e municípios, da receita de Imposto de Renda (IR) arrecadada durante a vigência do Rerct.

9 DE NOVEMBRO DE 2016

FNP entra com mandado de segurança coletivo no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

10 DE NOVEMBRO DE 2016

FNP solicita, no Supremo Tribunal Federal (STF), atuação como Amicus Curiae na ACO 2941.

STN repassa valores arrecadados com o IR aos estados e municípios.

14 DE NOVEMBRO DE 2016

FNP inicia mobilização para que prefeitos solicitem, na Justiça, a revisão dos valores da multa da repatriação.

22 DE NOVEMBRO DE 2016

Governo federal aceita repartir os recursos da multa com os estados.

23 DE NOVEMBRO DE 2016

Senado Federal aprova substituto ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 405/2016, que reabre prazo para a repatriação de recursos (30 de junho de 2016) e fala em um repasse, pela União, de 46% em cima do montante arrecadado com a multa para os Fundos de Participação dos Municípios e Estados (FPM e FPE).

28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Tema é debatido durante a 70ª Reunião Geral da FNP.

30 DE NOVEMBRO DE 2016

Liderados pelo presidente da FNP, prefeitos falam sobre repatriação com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

presidente da FNP, se reuniram com o presidente da República, Michel Temer, e com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles,

no dia 29 de dezembro.

“Temos esperança de que o TCU reveja essa posição. Os bancos não estão abertos ao público nesta quinta-feira, 30, mas movimentações entre contas oficiais podem ser feitas”, argumentou o presidente da FNP, Marcio Lacerda. Segundo ele, o assunto é “urgente” para que

DEZEMBRO

7 DE DEZEMBRO DE 2016

Dirigentes da FNP pedem apoio do Poder Legislativo à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

9 DE DEZEMBRO DE 2016

Presidente da República, Michel Temer, anuncia repasse das multas arrecadadas com a repatriação também aos municípios.

15 DE DEZEMBRO DE 2016

FNP dá início à campanha “Partilha da Multa da Repatriação Já!”.

20 DE DEZEMBRO DE 2016

Temer garante ao presidente da FNP o repasse dos valores da multa aos municípios no dia 30 de dezembro.

24 DE DEZEMBRO DE 2016

FNP e PSB recorrem ao STF para garantir tal repasse ainda em 2016.

29 DE DEZEMBRO DE 2016

Prefeitos da diretoria da FNP se reúnem com Temer para reforçar a necessidade do repasse para o fechamento de contas.



30 DE DEZEMBRO DE 2016

Governo federal repassa valores da multa da repatriação.

No TCU,

Revisão da repatriação em 2016



Beto Barata / PR

são da decisão cautelar.

Segundo o ministro, a única maneira seria por meio de um agravo (instrumento jurídico de recurso que tem o objetivo de reformar uma decisão) vindo do governo federal. O ministro foi então informado que uma equipe do Ministério da Fazenda, com apoio da Advocacia Geral da União (AGU), já estaria trabalhando neste agravo. Carreiro então se dispôs a analisar o agravo e responder o mais rapidamente possível.

Lei de Responsabilidade Fiscal

O Tesouro Nacional já havia anunciado no dia 28 de dezembro que as ordens de pagamento seriam emitidas já no dia 29 para que as prefeituras pudessem contar com o recurso para o fechamento de contas de 2016.

“Nos municípios menores, a receita oriunda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representa um valor importante em relação a sua receita total para o fechamento de suas contas. Se esse dinheiro não entrar nos cofres, estimo que pelo menos 60% dos muni-

os municípios fechem as contas neste ano, disse na ocasião.

Além de Temer, Lacerda e Meirelles, participaram ainda da reunião no Palácio do Planalto os então prefeitos de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela; de Palmas/TO, Carlos Amastha; de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho; e de

Manaus/AM, Arthur Virgílio.

TCU

Após audiência no Palácio do Planalto, os prefeitos foram até o TCU para tentar solucionar o impasse. O ministro da Casa, Raimundo Carreiro, recebeu a comitiva e ouviu dos prefeitos o apelo para que houvesse a revi-



Rodrigo Eneas / FNP

prefeitos pediram revisão da decisão

cípios brasileiros terão dificuldades em quitar suas contas no final deste ano, e um número muito grande de prefeitos, que dependiam desse repasse para fechamento de contas, estarão sujeitos as penalidades impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que são inelegibilidade, prisão e uma enxurrada de ações judiciais. Os municípios não podem ser penalizados por mal-entendidos do governo”, destacou Lacerda na ocasião.

Outras ações

Antes da reunião com o governo federal, a FNP, em associação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), ingressou no Supremo Tribunal Federal

(STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com Pedido de Liminar sobre o art. 2º da MP 753/2016, reforçando o desrespeito à Constituição Federal ao não tratar estados e municípios de forma isonômica.

“Não há, portanto, hierarquia entre os entes federados. Tratamentos desiguais injustificados não possuem respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. Logo, o fator discriminatório entre os entes federados trazidos pela Medida Provisória em questão não apenas é desarrazoado e fere a isonomia, como desestabiliza o pilar federalista da República”, alertava o texto da ação ■

O governo federal libera FEX no dia 27 de dezembro



O Congresso Nacional aprovou no dia 15 de dezembro, Projeto de Lei que abre crédito suplementar para o Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 1,94 bilhão. A aprovação do PLN 47/2016 configurou mais uma conquista da FNP para o fechamento de contas de 2016, já que viabilizou o repasse a municípios de R\$ 500 milhões do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex). A matéria foi sancionada dia 26 de dezembro e o Ministério da Fazenda informou que os valores foram disponibilizados ainda no exercício de 2016.

O PLN 47/2016 alterou a Lei Orçamentária Anual (LOA) que, até então, previa apenas R\$ 10 milhões de repasse do Fex, apesar de o governo federal ter autorizado a transferência de R\$ 1,95 bilhão, por meio de Medida Provisória (MPV nº 749/2016). Pertencem aos municípios 25% deste valor (aproximadamente os R\$ 500 milhões citados acima).

A FNP realizou um levantamento preliminar da quantia a ser recebida pelos municípios, que foi calculada a partir do

montante, definido pela MPV. Esse valor foi então repartido entre os municípios de cada estado pelos mesmos critérios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Articulação

Em novembro de 2016, a FNP encaminhou um ofício solicitando apoio do Congresso Nacional para a rápida aprovação do PLN 47/2016, que tramitou na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e no Plenário do Congresso Nacional.

Enviado aos presidentes do Congresso, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e ao deputado Arthur Lira, presidente da CMO, e senador Wellington Fagundes, relator do projeto, o documento abordava a importância do repasse para viabilizar o fechamento de contas dos municípios, conforme as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, a FNP sugeriu que os prefeitos mobilizassem os parlamentares para celeridade na tramitação do projeto ■

Economista José Roberto Afonso analisa os desafios e alternativas dos novos prefeitos

“As novas gestões certamente vão enfrentar desafios bastante grandes, porque o cenário econômico, além do social, é, sobretudo, desafiante”. A afirmação é do economista José Roberto Afonso, um dos idealizadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na 70ª Reunião Geral da FNP, em encontro promovido para prefeitos eleitos e reeleitos, em novembro do ano passado.

Segundo o economista, gerir qualquer governo em contexto de recessão é difícil. Para ele, o desafio que se coloca é ter que fazer mais, com menos, ou com o mesmo recurso. O economista explicou que as principais fontes de receitas indiretas dependem muito de alguns setores da economia, que pesam mais na arrecadação. “Muitos deles estão enfrentando mudanças

estruturais profundas”, alertou.

Afonso afirmou que os municípios, na recessão, sofrem um impacto mais profundo do que estados e a União. “No exato momento em que sua arrecadação está caindo, você precisa atender um contingente maior da população, sem conseguir, nesse momento, contratar mais médicos, professores ou construir mais escolas.”

Para o economista, em momento de crise econômica, é notável o deslocamento de alunos das escolas particulares para rede pública de ensino e de pacientes que antes utilizavam plano de saúde e agora passam a usar a saúde pública. “Hoje, os municípios já são os maiores responsáveis por educação e saúde no Brasil. Mais de 50% do gasto realizado com essas áreas no país é executado diretamente

pelos municípios, cada vez mais com recursos próprios”, disse.

Superação

“Será necessário investir muito na gestão local, profissionalizar e explorar ao máximo as novas potencialidades que são abertas pela chamada quarta revolução industrial ou governo eletrônico”, falou Afonso, que considera esses investimentos baratos e com grande retorno. “As linhas de financiamento de modernização de gestão são pouco conhecidas e, em minha opinião, as mais importantes que se possam ter”, completou.

Afonso ainda destacou que as prefeituras, em particular, têm um potencial muito grande para explorar na melhoria de receita e devem fazer. “Não contem com melhores dias em termos de repas-

se federal e estadual mesmo que a recessão venha a ser superada.”

Para o economista, investir em receitas próprias, mesmo sendo uma medida impopular, é o caminho. “Já há um espaço grande para se melhorar a arrecadação própria do país. Em 93% das cidades, a

arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é maior do que a do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Eu não tenho dúvidas, existem vários dados e indicadores sobre o potencial do IPTU (saiba mais na página ao lado) ■



Economista explicou possibilidades de aprimorar a arrecadação

Douglas Oliveira / FNP

Presidente do STF recebe novamente prefeitos para debater pauta municipalista



Ministra recebeu prefeitos no STF

Prefeitos darão continuidade ao debate da pauta municipalista, que tramita no Judiciário, em reunião que será realizada no dia 31 de janeiro, com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia. A construção do temário teve início após audiência, no dia 7 de dezembro de 2016, em que a ministra se mostrou sensível às demandas apresentadas pelo grupo, liderado pelo então prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

Execução fiscal, judicialização de vários setores da ad-

ministração pública e o diálogo federativo são alguns dos pontos que o grupo pretende levar para o próximo encontro. Os temas foram elaborados em uma reunião de caráter técnico, no dia 14 de dezembro, na sede da FNP, que será desdobrada agora, em novo encontro no dia 10 de janeiro.

Reunião preparatória

Mais de 30 autoridades, entre prefeitos, procuradores-gerais e secretários de Fazenda das capitais, estiveram em Brasília/DF para a elaboração da pauta. Segundo Lacerda, as cidades têm

ficado a margem das grandes decisões. “O debate municipalista andou muito pouco ao longo dos últimos anos. Temos que nos organizar e arranjar novos mecanismos para retomar esse diálogo”, afirmou o então prefeito, no dia 14 de dezembro.

Para o prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha, o pacto federativo também é um tema importante a ser dialogado com a presidente Cármen Lúcia, no dia 31 de janeiro. “Uma pesquisa recente mostra que no ano de 2030, 90% da população na América Latina estará mo-

rando nas cidades. As pessoas não moram na União, nem nos estados, elas moram nos municípios, por isso temo que se não levantarmos a voz neste momento, não conseguiremos nossos direitos e não fortaleceremos o movimento municipalista.”

O prefeito de Rio Branco/AC, Marcus Alexandre, frisou a oportunidade de se aprofundar no diálogo federativo. “O encontro com a ministra é de grande importância, pois é isso que nos dá força e legitimação. Essa abertura no STF mostra um avanço no diálogo federativo”, reforçou.

Reunião anterior

No dia 7 de dezembro, os prefeitos levaram a consideração da presidente do STF o fato de os municípios não terem um “protagonismo mínimo necessário” para discussões que envolvem a crise econômica e política pelas quais o país passa. A reunião foi motivada pela busca de apoio na celeridade dos repasses dos valores da multa do programa de repatriação (saiba mais nas páginas 4 e 5).

Então, a presidente do STF marcou a audiência do dia 31 de janeiro, com prefeitos de capitais, para que o grupo discuta pautas de interesse dos municípios, que estão em andamento no STF ■



Técnicos prepararam nova reunião com Ministra

Philippe Cedro / FNP

Cadernos técnicos orientam projetos de mobilidade urbana

Ingrid Freitas / FNP



Então prefeito Antonio Pannunzio representou a FNP

O Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob), lançou, no dia 14 de dezembro, a coleção de Cadernos Técnicos para Projetos de Mobilidade Urbana. O evento, realizado em Brasília/DF, contou com a participação do então prefeito de Sorocaba/SP e vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP, Antonio Carlos Pannunzio.

Na ocasião, Pannunzio parabenizou a iniciativa e falou da importância das publicações, especialmente, para os novos gestores. O prefeito também compartilhou as experiências do município de Sorocaba em projetos de mobilidade urbana. “Transporte coletivo é serviço pú-

blico essencial. Este ano, aplicamos 51 milhões de reais neste modal”, afirmou o prefeito durante o lançamento.

“Os cadernos são o início de um projeto que deve ser ampliado e levado aos estados e municípios para capacitação e geração de projetos qualificados. Não adianta ter recursos se não tivermos bons projetos”, explicou o secretário Nacional da SeMob, José Roberto Generoso.

De acordo com o diretor do WRI Brasil Cidades Sustentáveis, Luis Antonio Lindau, o projeto teve início em meados de 2014. “Foi um trabalho árduo, que envolveu muita dedicação. É um documento vivo que será constantemente atualizado digitalmente. Temos um longo caminho pela frente,

precisamos envolver a cadeia inteira nesse processo”, finalizou Lindau.

Participaram ainda do lançamento o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinenco), José Roberto Bernasconi, e o presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Joubert Fortes Flores Filho.

Cadernos Técnicos para Projetos de Mobilidade Urbana

A coleção, desenvolvida com apoio técnico do WRI Brasil e da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), visa auxiliar os municípios a buscarem soluções adequadas de infraestrutura na área de mobilidade urbana. As recomendações estão alinhadas às leis e normas vigentes no Brasil, o estado da prática e as recomendações da literatura nacional e internacional. O material é dividido em três cadernos: Transporte Ativo, Sistemas de Prioridade ao Ônibus e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que estão disponíveis para download no site wricidades.org ■

Municípios não exploram o potencial de arrecadação do IPTU

O estudo intitulado “Potencial e Exploração do Imposto Patrimonial Imobiliário no Brasil: Uma Análise do IPTU a partir da Teoria dos Conjuntos”, de autoria dos economistas José Roberto Afonso, Kleber Pacheco de Castro e Fabrício Marques Santos, traz informações que ajudam a identificar o potencial de arrecadação do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Os indicadores apresentados confirmam o que analistas e dirigentes municipais já apontaram há tempos: a maioria absoluta dos municípios brasileiros não utiliza todo o seu potencial de arrecadação do IPTU. Esse cenário tende a ser mais crítico nos municípios de menor porte e que dependem mais de repasses da União.

“A FNP atua para estimular os municípios a exercer a prerrogativa constitucional de lançamento do IPTU, cumprindo assim determinação expressa da Lei de Responsabilidade Fiscal e contribuindo para o equilíbrio fiscal dos municípios com justiça tributária. Para isso, disponibiliza dados da arrecadação do IPTU e de outros tributos municipais por

meio do Anuário Multi Cidades e do site Compara Brasil”, destaca o presidente da FNP, Marcio Lacerda.

Segundo a pesquisa, atualmente, a arrecadação do imposto gira em torno de R\$ 25 bilhões por ano, tendo representado o,44% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2014. Estimativas iniciais indicam que, para o conjunto das prefeituras do país, a arrecadação do IPTU representou cerca de 19,4% da totalidade da receita tributária própria em 2014. Em 2000, a participação chegou a alcançar 27%.

Ainda de acordo com o levantamento, quase 92% dos municípios brasileiros tiveram uma arrecadação estimada de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) superior à do IPTU em 2013. Já a relação para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e para o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) foi de, respectivamente, 83% e 43% no mesmo ano.

O estudo está disponível no endereço eletrônico http://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/afonso_wp16ja1po.pdf ■

FNP promove debate para fomentar PPPs em cidades de médio porte

Uma reunião com várias entidades e organizações para tratar questões relacionadas à implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em cidades de médio porte foi realizada pela FNP. O encontro, que ocorreu dia 12 de dezembro, contou com o apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

“O fomento às PPPs tem sido defendido pelo presidente da FNP, Marcio Lacerda, como uma alternativa diante da grave crise que os municípios estão passando. Dessa forma, e considerando as dificuldades estruturais que esses municípios enfrentam, é importante que haja uma articulação para criar um ambiente institucional para esses processos”, destacou o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre.

Segundo Perre, a proposta inicial da entidade é atuar para a institucionalização de uma estrutura

de apoio técnico, jurídico econômico e financeiro para a promoção de PPPs nas cidades médias e dialogar com os novos prefeitos sobre o tema. “A FNP tem um projeto com a União Europeia com foco nas PPPs. O objetivo é elaborar um modelo de institucionalização de gestão”, explicou.

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, também defendeu a busca de alternativas para que os municípios tenham condições de implementar Parcerias Público-Privadas. “Hoje o que as cidades precisam nesse contexto é de inteligência e estrutura técnica”, disse.

Participaram também das discussões representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); Caixa; Banco do Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Banco Nacional

do Desenvolvimento (BNDES); Programa de Parcerias de Investimento (PPI); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento (SDI/MP); Empresa de Planejamento e Logística (EPL); VG&P; GO Associados e QG Engenharia e Planejamento.

IV EMDS

As PPPs também serão debatidas durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). “Em sua quarta edição, o evento continua com apelo, pois supera o tema da disputa por recursos”, afirmou Gilberto Perre. Para o secretário-executivo da FNP, apesar de o financiamento da ação pública ser fundamental, a “agenda das médias e grandes cidades é mais sofisticada”.

“Sendo assim, o assunto de PPPs estará muito forte no IV

EMDS, por isso antecipo o convite aos senhores para que possamos criar, juntos, um ambiente favorável aos municípios que querem operar concessões e PPPs”, completou.

O IV EMDS é uma realização da FNP em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (Sebrae). O evento será de 24 a 28 de abril, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, e será norteado pelo tema “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”. A expectativa é reunir mais de 10 mil participantes (leia mais na página 8) ■



Representantes de instituições financeiras participaram da reunião

Pedro Vieira / FNP

Reuniões preparatórias para o EMDS serão realizadas em 24 cidades

Com o objetivo de apresentar as atividades que estão sendo planejadas para o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) e os projetos desenvolvidos pela FNP, a organização do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país realizará reuniões preparatórias em todas as regiões do Brasil.

Até o EMDS, 24 cidades, de 18 estados brasileiros, sediarão as reuniões preparatórias do evento. Entre as cidades que receberão os encontros estão: Brasília/DF, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Recife/PE, Salvador/BA, Joinville/SC, Palmas/TO, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, São José dos Campos/SP, São Luís/MA, Apucarana/PR, Aracaju/SE, Uberlândia/MG, Poços de Caldas/MG, Vitória/ES, Belo Horizonte/MG, João Pessoa/PB, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Juiz de Fora/MG, Aparecida de Goiânia/GO.

As reuniões preparatórias serão realizadas de janeiro a abril e, além de apresentar o EMDS e os projetos da FNP, serão uma oportunidade para os participantes contribuírem com a construção do evento, por meio de sugestão de conteúdo, palestrantes. A quarta edição do EMDS ocorre entre os dias 24 e 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF e deve receber mais de 10 mil participantes.

Nova diretoria FNP

Durante o EMDS, além da discussão de importantes pautas fomentadas pelos gestores durante as reuniões preparatórias, serão realizadas também a eleição e a posse da nova diretoria da FNP, gestão biênio 2017-2018. Na ocasião, a diretoria da entidade, exercida nos últimos dois anos, será sucedida por prefeitos em efetivo exercício de mandato ■

Reuniões Confirmadas

Fevereiro

03 fev // Manaus/AM
Recife/PE

10 fev // Salvador/BA
Fortaleza/CE

Março

31 mar // Joinville/SC

Abril

07 abr // Juiz de Fora/MG

Relatório de Atividades 2016

O Relatório de Atividades 2016 da FNP, instrumento de transparência que tem o objetivo de prestar contas do trabalho realizado pela entidade, já está sendo enviado para os municípios associados. A publicação traz, mês a mês, um resumo das principais ações realizadas durante o ano em temas que impactam diretamente a gestão municipal.

Nesta edição, o relatório apresenta im-

portantes conquistas para o municipalismo, como a instituição de um novo regime de pagamento de precatórios; o Projeto de Lei que viabilizou o repasse a municípios de R\$ 500 milhões do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex); o repasse da multa do programa da repatriação no exercício de 2016 e a prorrogação dos contratos do Mais Médicos.

Congresso promulga regime especial para pagamento de precatórios

A Emenda Constitucional 94/2016, que institui um novo regime de pagamento de precatórios (PEC 159/2015) foi promulgada no Congresso Nacional, dia 15 de dezembro. A EC autoriza regime especial para pagamento de precatórios a cargo de estados, Distrito Federal e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

Segundo a então prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, a aprovação da PEC beneficiará cerca de 900 municípios. “Nós acreditamos que estamos chegando ao final de uma luta que vai beneficiar mais de 900 municípios no Brasil, e, de modo preferencial, àqueles que têm dívidas que não se pagam até 2020”, falou, no dia 23 de novembro. Para ela, a PEC vem em boa hora e vai permitir que os prefeitos que assumirem os mandatos neste mês de janeiro, possam ter uma realidade diferente.

Os precatórios são dívidas

contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.

A PEC

A proposta teve origem na PEC 74/15, aprovada em 2015 pela Câmara dos Deputados e modificada depois pelo Senado, que reduziu de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas – dívidas em que o poder público não faz parte. Ficou prevista a criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

As novas regras

De acordo com a nova emenda, os precatórios a cargo dos estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial.

Pelo sistema que será adotado, o aporte de recursos será li-



Maria Antonieta representou a FNP em audiência pública, em novembro, na Câmara

mitado a 1/12 da receita corrente líquida dos entes federados. A sistemática antiga, aprovada em 2009, previa o pagamento em 15 anos (até 2024), mas o STF reduziu o prazo para cinco, na decisão que considerou inconstitucional a emenda.

Até 2020, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios serão para o paga-

mento dessas dívidas em ordem cronológica de apresentação.

A exceção a essa ordem é a preferência para os relacionados a créditos alimentares quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, forem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência. Entretanto, nesses casos, o valor será limitado a três vezes o da

requisição de pequeno valor, débito dos governos pagos diretamente sem precatório.

Nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, leis específicas podem determinar o valor dessa requisição, contanto que não seja inferior ao teto do benefício da Previdência Social (atualmente em R\$ 5.189,82) ■